



ENTRE MATEMÁTICA E CIDADANIA: A FORMAÇÃO DE PROFESSORES PARA A EDUCAÇÃO FINANCEIRA NA EDUCAÇÃO BÁSICA

SOUZA, Gustavo Gregório de - Unesp¹
VITOLO, Ana Paula Mayara - PUC-SP²
FIORUCCI, José Augusto - UnB³

¹ Unesp/Bauru. g997984221@gmail.com.

² Pontifícia Universidade Católica de São Paulo/PUC-SP, Faculdade Sesi de Educação, Sesi-SP. vitoloanapaula@gmail.com/ana.vitolo@sesisp.org.br.

³ Universidade de Brasília/UnB. jafiorucci@unb.br

RESUMO

Este trabalho discute a necessidade de ampliar a formação continuada de professores para o ensino de educação financeira, contemplada na Base Nacional Comum Curricular (BNCC) como um dos Temas Contemporâneos Transversais (TCTs). Apesar de sua presença nas orientações curriculares, observa-se que muitos docentes da Educação Básica ainda não se sentem suficientemente preparados para abordar conceitos ligados a planejamento financeiro, consumo consciente, cidadania fiscal e análise crítica de informações econômicas no cotidiano escolar. A pesquisa proposta tem como objetivo mapear o nível de preparo e as percepções de professores sobre a educação financeira por meio da aplicação de questionários, de modo a identificar lacunas formativas e subsidiar a construção de um programa estruturado de formação continuada. O enfoque metodológico prevê a análise qualitativa e quantitativa das respostas, considerando dimensões como segurança conceitual, práticas docentes, integração interdisciplinar e dificuldades enfrentadas pelos docentes. A partir desse diagnóstico, pretende-se elaborar abordagem de formação continuada que contemple tanto os aspectos matemáticos da educação financeira, quanto dimensões críticas e cidadãs, relacionadas ao consumo responsável e à tomada de decisão. O estudo busca evidenciar o papel central do professor como mediador na construção de competências financeiras nos estudantes e destacar a importância de um processo formativo que articule teoria e prática. Conclui-se que a investigação contribuirá para o debate sobre a efetiva implementação da educação financeira nas escolas, indicando caminhos para políticas de formação docente alinhadas à BNCC e capazes de fortalecer a prática pedagógica nesse campo.

Palavras-chave: Educação Financeira; Formação Continuada; Educação Básica.

1. INTRODUÇÃO

As transformações econômicas, sociais e tecnológicas das últimas décadas têm exigido da escola uma postura mais crítica e reflexiva diante dos desafios contemporâneos que atravessam a vida em sociedade. Entre eles, destaca-se a necessidade de formar sujeitos capazes de compreender, analisar e intervir nas dinâmicas financeiras que permeiam o cotidiano e o mundo em que vivem, desenvolvendo autonomia e consciência ética diante das escolhas econômicas.

Nesse contexto, a Educação Financeira assume papel central na formação integral dos estudantes, ao articular saberes matemáticos, éticos e sociais voltados à construção de práticas responsáveis de consumo, planejamento financeiro e cidadania fiscal. No âmbito das políticas curriculares, a Base Nacional Comum Curricular (BNCC) (BRASIL, 2019) reconhece a Educação Financeira como um dos Temas Contemporâneos Transversais (TCTs), orientando sua inserção nas diferentes áreas do conhecimento como apresentado pela figura 1.

Figura 1: Temas transversais na Base Nacional Comum Curricular.



Fonte: Brasil, 2019, p. 13.

Entretanto, embora o tema esteja formalmente contemplado nas orientações curriculares, sua efetiva implementação nas escolas ainda encontra entraves significativos. Silva e Pessoa (2024), apontam sobre conhecimentos o Ensino e Educação Financeira Escolar, docentes da Educação Básica não se sentem preparados para trabalhar conceitos ligados ao planejamento financeiro, consumo consciente e cidadania fiscal de forma integrada e contextualizada, limitando-se, em muitos casos, a práticas tradicionais centradas na resolução mecânica de problemas matemáticos (Campos, 2007). Essa realidade revela uma lacuna na formação docente, especialmente no que se refere à construção de saberes que articulem os fundamentos conceituais da matemática aos princípios éticos, sociais e políticos que orientam a Educação Financeira na perspectiva crítica.

A superação dessa lacuna exige compreender a formação continuada de professores como processo permanente de reflexão, atualização e reconstrução de práticas pedagógicas. Nessa perspectiva, o docente é reconhecido como mediador do conhecimento, responsável por promover aprendizagens significativas que permitam aos estudantes interpretar e intervir na realidade. A Educação Matemática Crítica, proposta por Skovsmose (2000), oferece um referencial teórico relevante para essa concepção, ao compreender o ensino da matemática

como prática social e política. Para o autor, o conhecimento matemático não é neutro, mas atravessado por relações de poder e processos de decisão que moldam as estruturas sociais.

Sob essa ótica, a Educação Financeira deixa de ser apenas um conjunto de técnicas de cálculo e passa a constituir-se como prática emancipatória, voltada à formação de sujeitos críticos, éticos e conscientes de seu papel na sociedade. A aproximação entre Educação Matemática Crítica e Educação Financeira revela-se, portanto, potente para o desenvolvimento de uma pedagogia voltada à cidadania, à justiça social e à sustentabilidade.

Diante desse cenário, o presente estudo tem como objetivo analisar o nível de preparo e as percepções de professores da Educação Básica acerca da Educação Financeira, de modo a identificar lacunas formativas.

Ao situar-se entre Matemática e Cidadania, esta investigação busca contribuir para o debate sobre a efetiva implementação da Educação Financeira nas escolas brasileiras, evidenciando o papel do professor como agente fundamental na formação de competências financeiras e sociais dos estudantes. Pretende-se, assim, reforçar a necessidade de políticas formativas que articulem teoria e prática e promovam uma Educação Financeira na perspectiva crítica, emancipatória e comprometida com a construção de uma sociedade mais justa e equilibrada.

2. REFERENCIAL TEÓRICO

A Educação Matemática Crítica, proposta por Skovsmose (2004), surge como uma vertente que problematiza a neutralidade da matemática e a posição do ensino como mera transmissão de técnicas. Para o autor, a matemática está profundamente relacionada a processos de poder, tomada de decisão e estruturação das sociedades contemporâneas, devendo, portanto, ser compreendida dentro de um contexto social e político. Essa perspectiva rompe com a visão tradicional de uma disciplina exata e abstrata, deslocando o foco para o papel emancipador da aprendizagem e para a formação de cidadãos críticos capazes de interpretar e transformar a realidade.

De acordo com Skovsmose (2000), a Educação Matemática Crítica propõe uma prática pedagógica que valoriza o diálogo e a problematização como fundamentos do processo educativo. O ensino deve estar conectado à vida dos estudantes, considerando as implicações éticas, econômicas e culturais do uso da matemática. Nesse sentido, o conhecimento matemático passa a ser visto como linguagem social, instrumento de leitura do mundo e de intervenção na realidade, contribuindo para o desenvolvimento de uma consciência crítica sobre as relações de poder que permeiam a sociedade.

A proposta crítica considera que a matemática, quando ensinada de forma descontextualizada, contribui para a alienação dos indivíduos, tornando-os apenas reprodutores de regras e fórmulas. O papel do professor, portanto, é criar situações que permitam ao aluno compreender o significado social do conhecimento matemático. A partir de problemas reais, o estudante é convidado a investigar, argumentar e formular hipóteses, exercitando o pensamento crítico e autônomo. Assim, o ensino da matemática se transforma em um espaço de reflexão sobre a realidade, possibilitando que o conhecimento escolar dialogue com os problemas sociais, ambientais e econômicos contemporâneos.

A Educação Financeira, por sua vez, segundo Campos (2007), os estudos que envolvem a importância da Educação Financeira na formação de professores, destacam sua relevância para o desenvolvimento de competências financeiras. A dissertação de Sena (2017) ressalta a necessidade de uma abordagem mais integrada e crítica da Educação Financeira, que vá além dos conceitos básicos de finanças pessoais e explore questões mais complexas, como as relações

entre economia, política e sociedade. Trata-se de uma área de formação que ultrapassa o domínio técnico das operações e cálculos, buscando desenvolver competências voltadas à tomada de decisões informadas e éticas.

Campos (2007) explica que a Educação Financeira deve possibilitar o desenvolvimento de habilidades cognitivas e atitudinais que favoreçam a autonomia e a reflexão crítica que vá além do uso do dinheiro. Para Vitolo e Campos (2024) analisar dados do Raio X do investidor da Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiro e de Capitais (ANBIMA), pode por exemplo auxiliar nas reflexões de compreender os mecanismos que regem o sistema financeiro e seus impactos sobre a vida em sociedade. O processo educativo, portanto, deve abordar conceitos como orçamento, crédito, juros e consumo, articulados a valores éticos e princípios de sustentabilidade.

Por exemplo, ao trabalhar com dados de investimentos e finanças, os professores podem ajudar os alunos a entenderem fatores como tributos cobrados sobre investimentos, quais são tributados, as diversas modalidades de investimento, suas diferentes formas de remuneração, seus diferentes riscos associados, assim como a problemática da liquidez. Essa abordagem também inclui a análise da função dos impostos, sua destinação e administração pelo governo, além do impacto cumulativo dos tributos sobre ganhos em títulos públicos, como o Tesouro Direto, e em Certificados de Depósito Bancário (CDBs). Ao investigar dados sobre o perfil dos investidores, os alunos podem discutir porque a poupança continua sendo o investimento predominante, mesmo com rendimentos que, muitas vezes, não superam a inflação, e explorar as razões pelas quais há uma predominância de homens entre investidores em diversas modalidades financeiras (Vitolo, Campos, 2024, p. 2).

Ao compreender a lógica econômica que estrutura o mundo contemporâneo, o indivíduo passa a reconhecer seu papel como agente social e político. Assim, a Educação Financeira dialoga com a matemática, a sociologia e a ética, favorecendo o desenvolvimento de uma consciência crítica em relação às práticas de consumo e à desigualdade econômica (Campos, 2007).

Em um âmbito que envolva Educação Financeira, Estatística e Fiscal segundo Vitolo (2024), pode-se explorar conhecimentos que se complementam. No contexto escolar, a Base Nacional Comum Curricular (BNCC) reconhece a Educação Financeira como um dos Temas Contemporâneos Transversais, o que reforça a necessidade de integrá-la à formação básica dos estudantes. Essa integração propõe o desenvolvimento de competências que articulam o raciocínio lógico à compreensão de situações econômicas reais, preparando os alunos para lidar com desafios financeiros de forma consciente e equilibrada (Campos, 2007).

A Educação Financeira no âmbito da BNCC também busca promover o exercício da cidadania fiscal e o respeito às políticas públicas de redistribuição de renda. Vitolo e Campos (2024) destaca que compreender o funcionamento dos impostos, dos gastos públicos e das políticas de crédito é essencial para o exercício de uma cidadania plena. Essa abordagem permite que o estudante perceba a interdependência entre suas escolhas financeiras pessoais e os efeitos coletivos que elas produzem na sociedade.

A convergência entre a Educação Matemática Crítica e a Educação Financeira é evidente na medida em que ambas enfatizam o desenvolvimento de uma consciência reflexiva sobre a realidade. Skovsmose (2004) e Campos (2007) defendem que o ensino da matemática e das finanças deve preparar o indivíduo para analisar criticamente as informações que recebe, compreender as estruturas de poder envolvidas e participar ativamente das decisões que moldam sua vida pessoal e comunitária.

Em ambas as perspectivas, o professor é visto como mediador do conhecimento, responsável por criar um ambiente de aprendizagem que valorize o diálogo, o questionamento e a contextualização. A prática pedagógica deve estimular a curiosidade e o pensamento crítico, permitindo que o aluno compreenda como a matemática e a economia interagem no mundo real, influenciando comportamentos, políticas e relações sociais.

Do ponto de vista teórico, Skovsmose (2000) reforça que a matemática deve ser um meio de empoderamento e não de exclusão. Ao compreender os mecanismos quantitativos que regem a sociedade, o aluno passa a ter condições de participar de debates sobre orçamento público, políticas sociais e planejamento financeiro, aproximando o conhecimento escolar da vida prática e da ação política.

Por fim, a união entre a Educação Matemática Crítica e a Educação Financeira propicia uma abordagem pedagógica que integra raciocínio lógico, consciência social e ética. Essa combinação fortalece a formação integral dos estudantes e contribui para a construção de uma sociedade mais justa e equilibrada, na qual o conhecimento matemático e financeiro seja instrumento de autonomia, solidariedade e transformação social.

3. APRESENTAÇÃO DOS RESULTADOS DA PESQUISA E RESPECTIVA ANÁLISE

A pesquisa contou com a colaboração voluntária de 47 participantes via formulário google com perguntas abertas e de múltipla escolha, o critério estabelecido foi estar atuando na área da Educação. A grande maioria dos entrevistados leciona na Educação Básica predominando com uma porcentagem de 80,9%, sendo os demais operantes no ensino superior. Isso reflete que o levantamento de dados atingiu predominantemente docentes que lecionam até o Ensino Médio, fase obrigatória estabelecida pela Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), Lei nº12.796/2013. Diante desse cenário esses professores são responsáveis pelos processos formativos iniciais dos estudantes da Educação Básica, contexto em que a Base Nacional Comum Curricular (BNCC), estabelece que Educação Financeira constitui-se como um dos Temas Contemporâneos Transversais, devendo ser trabalhada de forma integrada às diferentes áreas do conhecimento.

Por fim, cabe aos sistemas e redes de ensino, assim como às escolas, em suas respectivas esferas de autonomia e competência, incorporar aos currículos e às propostas pedagógicas a abordagem de temas contemporâneos que afetam a vida humana em escala local, regional e global, preferencialmente de forma transversal e integradora. Entre esses temas, destacam-se: [...] educação para o consumo, educação financeira e fiscal. [...] (BNCC, 2019, p.18).

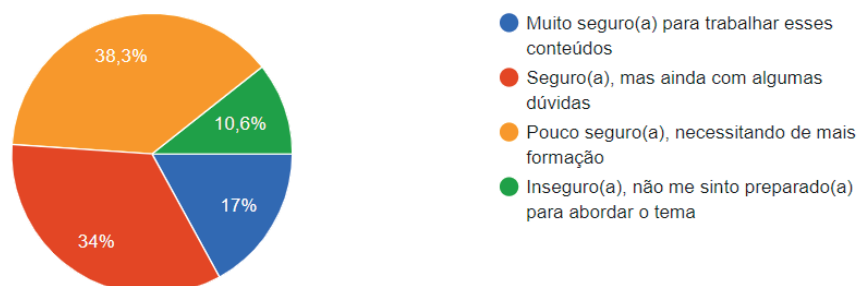
Nesse contexto temos que apenas 31,9% dos professores participaram de algum curso ou formação continuada sobre a temática, por outro lado o que chama atenção é o fato de 59,6% não ter participado, mas demonstra interesse em ter uma formação direcionada sobre Educação Financeira, esse fato mostra que temos uma lacuna formativa grande na Educação Básica de um tema que é trabalhado de forma transversal em todas as áreas do conhecimento.

Esse dado reforça a ideia da necessidade de políticas públicas e institucionais que promovam formações continuadas direcionadas ao tema para os professores terem bagagem formativa e segurança na hora de abordar o tema de forma interdisciplinar em seu componente curricular, independente da área do conhecimento que atue.

Gráfico 1: Resultado da Pesquisa

4- Em relação ao seu conhecimento sobre conceitos básicos de Educação Financeira (planejamento financeiro, juros, consumo consciente, cidadania fiscal, etc.), você se considera:

47 respostas



Fonte: Os autores

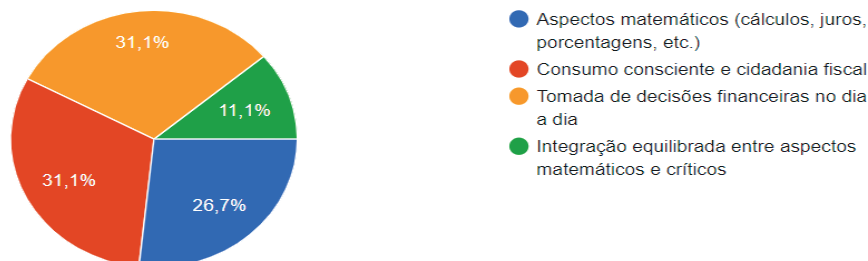
Como destacado na figura acima em relação ao domínio conceitual por parte dos docentes, 38,3% dos participantes declararam sentir-se pouco seguros para abordar o tema o que mostra a falta de formação e incentivo por parte de políticas públicas e institucionais que cobram uma temática sem dar suporte formativo, e 34% afirmaram sentir-se inseguros, totalizando mais de 70% com dificuldades de segurança didática. Essa ausência de uma formação sólida possibilita o risco de uma implementação verdadeiramente efetiva pois quando o docente não se sente preparado por falta de domínio técnico ou ausência de abordagens pedagógicas assertivas tende a direcionar essa temática para um ensino tecnicista, envolvendo cálculos e fórmulas, deixando de lado o caráter crítico, social e ético proposto pela BNCC. Refletindo que apenas 17% se consideraram muito seguros esse cenário reforça a percepção da importância da formação continuada, e da necessidade de todas as áreas do conhecimento trabalharem e dominarem a temática, como podemos perceber no trecho abaixo:

Há hoje mais espaço para o empreendedorismo individual, em todas as classes sociais, e cresce a importância da educação financeira e da compreensão do sistema monetário contemporâneo nacional e mundial, imprescindíveis para uma inserção crítica e consciente no mundo atual (BNCC, 2019, p. 568).

Os docentes que trabalham os conteúdos de Educação Financeira de maneira mais recorrente abordam os assuntos relacionados a consumo consciente e cidadania fiscal (31,1%), tomada de decisões financeiras (31,1%) e aspectos matemáticos (11,1%). Apenas 26,7% afirmaram buscar uma integração equilibrada entre os aspectos matemáticos e críticos, indicando que ainda prevalece uma abordagem fragmentada, geralmente relacionado a disciplina de Matemática, envolvendo cálculos e porcentagens.

Gráfico 2: Conteúdos das aulas**6- Quando você trabalha Educação Financeira em sala de aula, os conteúdos estão mais relacionados a:**

45 respostas

**Fonte:** Os autores

A percepção dos docentes quanto ao apoio institucional também revela grandes desafios. Embora 48,9% indiquem que há incentivo, este ocorre “de forma limitada”, e 23,4% afirmam que não existe incentivo formal. Apenas 23,4% relatam receber apoio com formações e materiais específicos. Isso demonstra que, mesmo reconhecida pela BNCC como Tema Contemporâneo Transversal, a Educação Financeira ainda carece de políticas estruturadas no ambiente escolar.

As perguntas abertas permitiram destacar diversas dificuldades que são enfrentadas pelos professores na sala de aula como falta de conhecimento, ausência de formação direcionada para a temática, dificuldade em relacionar os conteúdos com a realidade local do discente, falta de interesse por parte dos alunos em compreenderem a importância da disciplina para o desenvolvimento do pensamento crítico, consumo consciente e cidadania fiscal.

Desse modo temos que maioria dos docentes que participaram dessa pesquisa, cerca de 83%, entendem a importância de trabalhar a Educação Financeira de maneira interdisciplinar, envolvendo as distintas áreas do conhecimento que são trabalhadas na Educação. Sendo assim volto a destacar a importância das formações continuadas para o corpo docente, fato esse que também é enfatizado pelos professores sobre a necessidade de formadores qualificados e com didáticas aplicáveis a realidade daquela localidade.

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A análise realizada evidenciou que, embora a Educação Financeira figure como um dos Temas Contemporâneos Transversais da Base Nacional Comum Curricular (BNCC), sua implementação efetiva nas escolas brasileiras ainda enfrenta barreiras significativas. Os resultados da pesquisa apontam para um cenário em que a maioria dos professores da Educação Básica reconhece a relevância do tema, mas não se sente plenamente preparada para abordá-lo de forma interdisciplinar e crítica. Tal constatação reforça a existência de uma lacuna formativa que limita a consolidação de práticas pedagógicas contextualizadas, capazes de articular os aspectos matemáticos, éticos e sociais que fundamentam a Educação Financeira.

Constatou-se que a ausência de formações continuadas específicas, aliada à falta de suporte institucional e de materiais didáticos adequados, compromete a segurança conceitual e metodológica dos docentes. Essa realidade tende a restringir o ensino da Educação Financeira a um viés tecnicista, centrado na aplicação mecânica de cálculos e fórmulas, afastando-se da perspectiva crítica e emancipatória defendida por Skovsmose (2000), Campos (2007) e Vitolo e Campos (2024). Ao negligenciar as dimensões éticas, sociais e políticas do tema, o ensino perde

sua potência transformadora e seu papel de fomentar a cidadania financeira e fiscal.

Nesse sentido, reafirma-se a necessidade de políticas públicas e institucionais que promovam programas de formação continuada direcionados à Educação Financeira, integrando-a de modo transversal ao currículo e reconhecendo sua relevância para a formação integral do estudante. Tais programas devem contemplar não apenas os conteúdos conceituais, mas também estratégias pedagógicas inovadoras que favoreçam o diálogo, a problematização e a contextualização da aprendizagem, aproximando o conhecimento escolar das vivências cotidianas dos alunos.

Por fim, conclui-se que o fortalecimento da Educação Financeira na escola pública depende, de forma decisiva, da valorização e da formação permanente do professor enquanto mediador do conhecimento e agente de transformação social. A formação crítica e reflexiva é imprescindível para construir práticas educativas que desenvolvam a autonomia, o pensamento crítico e a responsabilidade social dos estudantes elementos fundamentais para o exercício pleno da cidadania em uma sociedade marcada por complexas dinâmicas econômicas e financeiras.

5. REFERÊNCIAS

BRASIL. **Lei n. 12.796, de 4 de abril de 2013.** Altera a Lei no 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para dispor sobre a formação dos profissionais da educação e dar outras providências. Diário Oficial da União: Seção 1, Brasília, DF, p. 1, 5 abr. 2013. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2013/lei/12796.htm>. Acesso em: 5 nov. 2025.

BRASIL. **Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996.** Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 1996. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/19394.htm>. Acesso em: 5 nov. 2024.

BRASIL. **Ministério da Educação.** Base Nacional Comum Curricular. Brasília, DF: MED/SEB, 2018. BRASIL.

BRASIL. **Ministério da Educação.** Temas Contemporâneos Transversais na BNCC: contexto histórico e pressupostos pedagógicos. Brasília, DF: MEC/SEB, 2019.

CAMPOS, C. R. **A educação estatística: uma investigação acerca dos aspectos relevantes à didática da estatística em cursos de graduação.** Tese (Doutorado em Educação Matemática) – Instituto de Geociências de Ciências Exatas, Universidade Estadual Paulista, Rio Claro, 2007.

DA SILVA, F. G.; PESSOA, C. A. dos S. Modelo de conhecimentos e habilidades docentes para o ensino de educação financeira escolar. **Revista Educação Matemática em Foco**, v. 12, n. 3, 2024.

SENA, F. D. L. **Educação Financeira e Estatística: um estudo sobre as estruturas de Letramento e Pensamento.** Dissertação (Mestrado em Educação Matemática) – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2017.

SKOVSMOSE, O. **Educação Matemática Crítica – A Questão da Democracia.** 2ª ed. Campinas: Papirus, 2004.

SKOVSMOSE, O. **Educação matemática crítica: teoria e prática.** São Paulo: Cortez, 2000.

VITOLO, A. P. M. **Educação crítica e formação de professores: perspectivas da educação estatística, educação financeira e educação fiscal.** XXVIII Encontro Brasileiro de Estudantes de Pós-Graduação em Educação Matemática – EBRAPEM, 2024, Natal/Rio Grande do Norte. Anais:< <https://www.even3.com.br/anais/ebrapem2024/>>. ISBN: 978-65-272-0890-7 - DOI: 10.29327/9786527208907.

VITOLO, A. P. M.; CAMPOS, C. R. **Perspectivas da educação estatística, educação financeira e educação fiscal, com um olhar da educação crítica para a formação de formadores de professores de matemática.** II Congresso Internacional de Educação SESI-SP, 2024, São Paulo. Anais: <<https://evento.sesisp.org.br/anais/ii-congresso-internacional-de-educacao-sesi/>>. ISBN: 978-65-272-1282-9 - DOI: 10.29327/9786527212829.